

Notas Explicativas Da Administração Às Demonstrações Contábeis Exercícios
Findos Em 31 De Dezembro De 2022 e 2021 (Em Reais).

1. Contexto Operacional

O **Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas – AMAZONPREV** (“Fundação”) é a única gestora de Previdência no Estado do Amazonas, sua sede está localizada no Município de Manaus - Amazonas, na Av. Visconde de Porto Alegre, 486 - Praça 14 de Janeiro, CEP 69010-125. Criada a partir da Lei Complementar Estadual n.º 30, de 27 de dezembro de 2001, promoveu adequação ao texto Constitucional e à Lei n.º 9.717, de 27 de novembro de 1998, que dispõe sobre organização e funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).

Criada como Serviço Social Autônomo pela Lei Complementar Estadual n.º 30, de 27 de dezembro de 2001 como Unidade gestora Única do Regime Próprio para os servidores do Estado do Amazonas, nos termos Constitucionais e da Lei n.º 9.717/98, que reorganizou os Regimes Próprios do país.

Alterada natureza jurídica para Fundação de Direito Público pela Lei Complementar n.º 93, de 25 de novembro de 2011, ratificada pela Lei Complementar n.º 117, de 20 de maio de 2013.

Lembramos que, a Fundação adota o regime previdenciário único, e cabe ao Governo do Estado do Amazonas a responsabilidade pela cobertura das insuficiências financeiras dos regimes de previdência e pagamentos de benefícios, de acordo com a Lei n.º 9.717/1998.

2. Base De Elaboração E Apresentação Das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Secretária de Previdência – SPREV e Secretária do Tesouro Nacional – STN, por meio da Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP – 9ª edição, Portaria Conjunta STN/SOF



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

n.º 117, de 28 de Outubro de 2021, Portaria Conjunta STN/SPREV n.º 119, de 04 de Novembro de 2021, Portaria STN n.º 1.131, de 04 de Novembro de 2021, bem como em conformidade com a Lei n.º 4.320/64, a Lei Complementar Federal n.º 101/2000, Portaria STN n.º 753 de 21 de dezembro e 2012, que estabelece auxílio através das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) (atualizadas em 2020), Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) relativa aos Princípios de Contabilidade.

Também foram analisados o Livro Contabilidade Aplicada ao RPPS – Autores Diana Vaz de Lima e Otoni Gonçalves Guimarães – 2009, Portaria MPS n.º 916/2003 atualizada pelas Portarias/MPS n.º 1.768/2003, 66/2005 e 95/2007, trazendo a adequação dos procedimentos contábeis dos RPPS à Lei 4.320/1964, Portaria n.º 509/2013 e Portaria STN 634/2013, art. 11, que dispõe sobre a adoção do Plano de Contas - PCASP, Portaria n.º 386 de 13 de Junho de 2019, que trata do PCASP para 2020, orientações através do § 2º, art. 3º da Portaria STN 634/2013, que dispõe acerca da consolidação das Contas Portaria n.º 975 de 06 de Agosto de 2021, Nota Técnica Conjunta SPPS/MPS, STN/MF n.º 0 01/2016, Nota Técnica n.º 11/2016/CCONF/SUCON/ STN/MF-DF.

A AMAZONPREV cumpriu o que determina a Portaria n.º 896 de 31 de outubro de 2017, alterada pela Portaria STN n.º 345 de 25 de maio de 2018, que estabelece a periodicidade, formato e sistema relativos a disponibilização das informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais, através da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) a partir de Julho de 2018, conforme item II, § 2º, artigo 8º, assim como as orientações a respeito do preenchimento da MSC de encerramento do exercício na Nota Técnica n.º 11.577/2019/ME e Anexo I da Portaria STN n.º 642/2019 e Portaria MTP n.º 1.647 de 02 junho de 2022 (Alterada pela Portaria MTP n.º 1.837 de 30 de junho de 2022), estabelecendo que os dados contábeis, orçamentários e fiscais do RPPS deverão ser encaminhados à Secretaria de Previdência por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI.

No tocante a todos esses relatórios obrigatórios, esta Fundação cumpre e tem seus relatórios consolidados com a Secretaria de Estado e Fazenda do Amazonas – SEFAZ/AM, responsável pelo envio.



Para o exercício de 2022, já foram adequadas as versões atualizadas das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC), disponibilizadas no Portal do Tesouro Nacional, objetivando adequar as regras de preenchimento dos demonstrativos à 9ª edição do MCASP, assim como às atualizações do PCASP e das classificações orçamentárias tanto de receita quanto de despesa, através do Manual Técnico do Orçamento – MTO/2022.

As notas explicativas evidenciam os valores relevantes expressos nas demonstrações contábeis deste exercício e as informações qualitativas, que são atributos que transforma as informações proporcionadas em úteis aos seus utentes.

3. As Principais Práticas Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com a Lei 4.320/1964, as informações estabelecidas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) - 9ª Edição e os princípios contábeis. A AMAZONPREV, considerando a necessidade de promover a convergência das práticas contábeis vigentes no setor público com as normas internacionais de contabilidade, segue as diretrizes e roteiros estabelecidos pela Controladoria Geral do Estado, órgão subordinado à Secretaria da Fazenda e Planejamento e responsável pela gestão do sistema de administração orçamentária, contábil e financeira do Estado, vem adequando gradativamente a forma de apresentação de seus demonstrativos contábeis.

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$).

3.1. Balanço Orçamentário

3.1.1. Critérios Contábeis Adotados Para O Balanço Orçamentário

O balanço orçamentário previsto no art. 102 e anexo 12 refere-se ao Balanço Orçamentário – Receitas e Despesas da Lei 4.320/1964. Apresenta as receitas estimadas e as despesas fixadas no orçamento, em confronto com as receitas arrecadadas e as despesas executadas, respectivamente.

Confrontando-se as receitas executadas com as estimadas, é possível avaliar o grau de planejamento e o desempenho da arrecadação em determinado período, a partir das diferenças.





Quando confrontadas as despesas executadas com as autorizadas, é possível analisar o comportamento da administração e ação do gestor, mediante autorização legislativa que limitou os gastos.

O confronto das diferenças entre as receitas previstas e as despesas fixadas, bem como entre as receitas e despesas executadas, permite o conhecimento do resultado orçamentário: superávit ou déficit.

3.1.2. Critérios De Reconhecimento E Classificação Das Receitas Orçamentárias

As receitas orçamentárias são caracterizadas conforme art. 11 da Lei 4.320/1964 e seguem o regime contábil de caixa, sendo consideradas realizadas quando da sua efetiva arrecadação (art.35 da lei 4.320/64).

As receitas são apresentadas sem ajuste inflacionário, ou seja, em moeda original do ano de realização, expressa em reais.

As receitas orçamentárias estão apresentadas conforme a classificação econômica (natureza da despesa), estabelecida por meio de Portaria Ministerial (Secretária de Orçamento Federal – SOF e Secretária do Tesouro Nacional – STN).

▪ **Nota 1** - Resultado Orçamentário – Confrontando-se o total das Receitas Realizadas com a Despesas Empenhadas conforme demonstrativo (nota 1), apura-se déficit orçamentário no valor de 1.197.483.954,54. Esse resultado corresponde à insuficiência financeira, cuja receita é pertencente aos Poderes Executivo (UG 14102 - SEFAZ Centralizadora), Legislativo (ALEAM E TCE), Judiciário (TJAM) e Ministério Público (PGJ), e são transferidos para a Fundação AMAZONPREV a título de repasses financeiros, equivalentes aos destaques orçamentários, nos termos da Lei Complementar estadual.





AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

Resultado Orçamentário		R\$ 1
	2022	2021
Receita Realizadas	1.900.454.043,79	1.851.473.782,10
Despesas Empenhadas	3.097.937.998,33	2.855.862.212,61
Resultado Orçamentário	-1.197.483.954,54	-1.004.388.430,51

Nota – 1 Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

▪ **Nota 2** - O orçamentário inicial aprovado para o exercício de 2022 foi de R\$ 1.722.334.000,00, havendo um acréscimo de R\$ 1.417.711.060,39. Dos créditos suplementares que tiveram maiores alterações orçamentárias, destaca-se a categoria de Pessoal e Encargos.

Vale ressaltar que desse valor, R\$ 99.663.382,09, correspondem aos destaques orçamentários recebidos dos Poderes, o Poder Legislativo (ALEAM e TCE), Poder Judiciário TJAM e PGJ e o restante, R\$ 1.318.047.678,30, refere-se a folha de pagamento dos servidores ativos da Fundação AMAZONPREV e inativos e pensionistas do Fundo Previdenciário (FPREV), Fundo Financeiro (FFIN) e Outras Despesas Correntes.

Alteração na LOA			R\$ 1
Categoria Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Créditos Suplementares
Despesa Corrente	1.721.334.000,00	3.137.451.026,33	1.416.117.026,33
1. Pessoal e Encargos	1.686.394.000,00	3.080.167.943,65	1.393.773.943,65
2. Outras Despesas Correntes	34.940.000,00	57.283.082,68	22.343.082,68
Despesas de Capital	1.000.000,00	2.594.034,06	1.594.034,06
Total	1.722.334.000,00	3.140.045.060,39	1.417.711.060,39

Nota – 2 Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI





AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

▪ **Nota 3** - Na receita, verificou-se uma arrecadação **a maior** no valor de R\$ 146.734.506,91, calculado pela diferença entre o total da receita realizada R\$ 1.900.454.043,79 e a receita atualizada, no valor R\$ 1.753.719.536,88.

Vale destacar o que mais contribuiu para o excesso de arrecadação foram as contribuições do servidor e patronal, receita patrimonial e outras receitas.

No tocante a receita de Impostos, Taxas e Contribuições de melhoria (Taxa de Administração), ao compararmos a receita prevista e a realizada observou-se que houve uma frustração de receita orçamentária no valor de R\$ 20.274.200,89, devido a não aprovação do Projeto de Lei Complementar n.17/2021, enviado pela Casa Civil através da Mensagem Governamental 140/2021, em 29/11/2021, à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

Por força da Portaria nº.19.451/2020, da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, os parâmetros de apuração da Taxa Administração (base de cálculo e alíquotas e método de financiamento) foram alterados e, portanto, havia a obrigatoriedade de alteração na legislação estadual, qual seja, a Lei Complementar 30/2001, Texto Consolidado em 29.07.2014.

A Portaria 19.451/2020 indicava, naquele momento, que o prazo para adequação legislativa era 31/12/2021, para que entrasse em vigor no exercício seguinte, ou seja, 01/01/2022.

Para que isso fosse possível, o Orçamento 2022, que foi elaborado por volta dos meses de julho a agosto/2021 já deveria contemplar a Taxa de Administração sob os novos parâmetros, cuja estimativa girava em torno de R\$ 63.000.000,00. No entanto, como o projeto de Lei não foi votado no prazo regulamentar, logo, a receita estimada não se efetivou, gerando a frustração orçamentária.





AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

Receitas Orçamentárias	Previsão atualizada (b)	Receita Realizada (c)	Excesso de Arrecadação (d = c-b) R\$ 1
Receita Correntes	1.751.978.536,88	1.898.408.140,00	146.429.603,12
Imp.Tx.Cont.Melhoria	63.000.000,00	42.725.799,11	-20.274.200,89
Rec de Contribuições	1.635.177.393,60	1.728.908.777,13	93.731.383,53
Receita Patrimonial	52.177.000,00	119.987.170,81	67.810.170,81
Outras Receitas Correntes	1.624.143,28	6.786.392,95	5.162.249,67
Receita de Capital	1.741.000,00	2.045.903,79	304.903,79
Total da Receita	1.753.719.536,88	1.900.454.043,79	146.734.506,91

Nota – 3 Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

▪ **Nota 4** - Superávit Financeiro: O Superávit Financeiro é o resultado positivo obtido do confronto com o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior. No exercício de 2021, o valor apurado foi de R\$ 5,295 bilhões. O Superávit Financeiro utilizado para abertura de créditos adicionais no exercício de 2022 foi na ordem de R\$ 434 milhões, o que permitiu o equilíbrio orçamentário na execução do exercício, influenciando positivamente na execução orçamentária. Desse total, cerca de R\$ 419 milhões foram empenhados, conforme demonstrado a seguir.

Despesas Empenhadas Com Fontes de Recurso de Superávit - 2022		
Vinculada	FR	Valor R\$
a. Educação	3160000	186.573.190,34
b. Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS		233.375.299,26
Taxa de Administração	4020000	24.334.206,71
Fundo Financeiro - RPPS	4610000	65.000.000,00
Fundo Previdenciário - RPPS	4620000	123.141.092,59
Fundo de Proteção Previdenciária dos Militares FPPM	4640000	20.899.999,96
Superávit Total		419.948.489,60

Nota – 4 Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI





3.1.3. Critérios De Reconhecimento E Classificação Das Despesas Orçamentárias

As despesas orçamentárias, resultantes de autorização legislativa fixadas na Lei Estadual nº 5.758 de 29/12/2021 (Lei de Orçamento Anual – LOA, seguem em regime contábil da competência, sendo consideradas realizadas quando do seu empenho (art.35 da Lei 4.320/64); as despesas são apresentadas sem ajuste inflacionário, ou seja, em moeda original do ano de realização, expressa em reais.

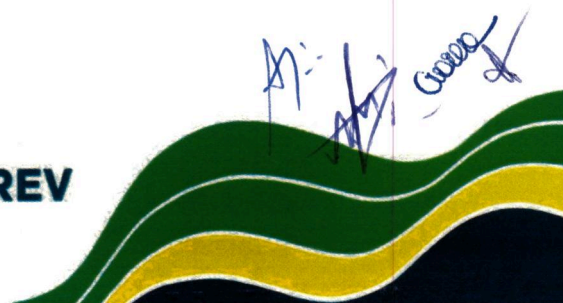
As despesas orçamentárias estão apresentadas conforme a classificação econômica (natureza da despesa) atendendo as orientações do Manual de Contabilidade – STN e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, NBC T 16.6. As despesas são elencadas pelos seus valores empenhados no exercício.

▪ **Nota 5** - As despesas orçamentárias apontaram uma economia de dotação de R\$ 42.107.062,06 representada majoritariamente (R\$ 25.354.478,09) pelas Outras Despesas Correntes, e em seguida pelas despesas de Pessoal e Encargos no montante de (16.706.794,96).

Despesas Orçamentárias	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo de Dotação
Despesas Correntes	3.137.451.026,33	3.095.389.753,28	3.092.937.539,18	3.092.268.296,47	42.061.273,05
Pessoal Enc.Sociais	3.080.167.943,65	3.063.461.148,69	3.063.461.147,89	3.063.245.205,02	16.706.794,96
Outras Despesas Correntes	57.283.082,68	31.928.604,59	29.476.391,29	29.023.091,45	25.354.478,09
Despesas de Capital	2.594.034,06	2.548.245,05	2.513.445,05	2.446.034,34	45.789,01
Total da Despesas	3.140.045.060,39	3.097.937.998,33	3.095.450.984,23	3.094.714.330,81	42.107.062,06

Nota – 5 Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

▪ **Nota 6** - As Receitas e Despesas Intraorçamentárias fazem parte do Balanço Orçamentário segundo MCASP 9ª Edição. Estas entradas e saídas referem-se a valores recebidos e empenhados entre órgãos da mesma estrutura do ente federativo, integrantes do





orçamento fiscal e da seguridade social, tão somente movimentações de receitas e despesas entre seus órgãos.

A receita a maior é proveniente das Contribuições Patronais dos Servidores Ativo, Inativo e Pensionista, enquanto Despesas são Obrigações Patronais proveniente da sistemática da folha de pagamento das despesas de pessoal do Poder Executivo conforme quadro que segue:

Receita Realizadas - Intraorçamentária	R\$ 1	2022
Receita Realizadas - Intraorçamentária		947.763.563,87
Despesas Empenhadas- Intraorçamentária		150.679.241,66

Nota – 6 Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

▪ **Nota 7** - Restos a Pagar: As despesas legalmente empenhadas e não pagas constituem os Restos a Pagar, conta de natureza orçamentaria com impacto no orçamento do exercício de inscrição. A inscrição de 2022, totalizando um montante de R\$ 3.223.667,52, sendo o RP não processado no valor R\$ 2.487.014,10, RP processados o montante de R\$ 736.653,42.

3.2. Balanço Financeiro

3.2.1. Critérios Contábeis Adotados Para O Balanço Financeiro (art. 103, lei 4.320/64)

▪ **Nota 1** - Demonstra as Receitas e as Despesas Orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o do exercício seguinte, regulamentada pela Portaria STN nº 438/2012 e IPC – Instrução de Procedimentos Contábeis 06, que norteia a sua elaboração, apresentando:





AMAZONAS

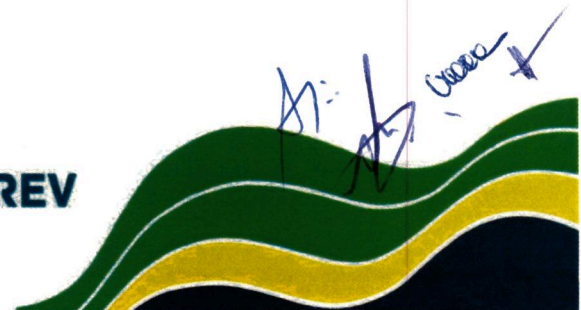
GOVERNO DO ESTADO

Balço Financeiro Resumido - 2022		
Valores em R\$		
Descrição	Ingressos	Dispêndios
a. Orçamentária	1.900.454.043,79	3.097.937.998,33
Ordinária	-	1.344.936.653,97
Vinculada	1.900.454.043,79	1.753.001.344,36
Educação	-	365.756.688,40
Previdência Social - RPPS	-	1.387.244.655,96
b. Transferências Financeiras	4.192.798.282,07	2.412.995.561,82
Execução Orçamentária	145.619.504,75	18.892.047,98
Indep.de Execução Orçamentária	2.412.003.998,53	2.394.103.513,84
Cobertura do Déficit Financeiro do RPPS	1.635.174.778,79	-
c. Extraorçamentários	870.120.734,85	889.114.062,27
Restos a Pagar Não Processados	2.487.014,10	1.317.539,92
Restos a Pagar Processados	712.565,64	17.377.017,70
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	866.921.155,11	870.419.504,65
d. Outros Extraorçamentários	1.374.310.621,30	2.347.497.703,38
Recebimentos Extraorçamentários	1.374.310.621,30	-
Pagamentos Extraorçamentários	-	2.347.497.703,38
e. Saldos	5.318.381.944,94	4.908.520.301,15
Exercício Anterior	5.318.381.944,94	-
Exercício Seguinte	-	4.908.520.301,15
Total Balço Financeiro	13.656.065.626,95	13.656.065.626,95

Nota – I Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

a) A Receita Orçamentária Realizada e a Despesa Orçamentária Executada, por fonte/destinação de recurso. A receita passou a ser identificada pelo valor líquido, e não mais pelo bruto.

b) As transferências financeiras recebidas em 2022 foram de R\$ 4,192 bilhões, contabilizadas da seguinte forma: R\$ 145,6 milhões, resultante da Execução Orçamentária, R\$ 2,412 bilhões independente da execução orçamentária e, ainda, o montante de R\$ 1,635 bilhões referente ao aporte para cobertura do déficit financeiro do RPPS. As transferências concedidas somaram R\$ 2,412 bilhões, sendo registradas contabilmente assim: R\$ 2,394 bilhões, independentes da execução orçamentária e R\$ 18,892 milhões, referente ao Dispêndio – execução orçamentária.



c) Os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários, os valores de inscrição de restos a pagar, depósitos restituíveis e valores vinculados apresentando a movimentação financeira referente a consignações, garantias, depósitos não judiciais, depósitos judiciais e outros valores vinculados a obrigação com terceiros.

d) Outros Recebimentos Extraorçamentários, que somam os subtítulos, Adiantamentos Concedidos, Valores em Trânsito, Investimentos, e Demais Recebimentos, assim como do título Outros Pagamentos Extraorçamentários, que contempla o somatório de Adiantamentos Concedidos, Valores em Trânsito, Baixa de Investimentos e Demais pagamentos.

e) Caixa e Equivalente de Caixa - esse grupo compreende as contas de Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo do Balanço Patrimonial. O valor é composto por aplicações em renda fixa e renda variável que, quando analisado entre os saldos do exercício anterior com o exercício seguinte, observou-se uma queda na evolução de R\$ 409.861.643,79, essa evolução dos recursos deveu-se, principalmente pela aplicação dos Títulos do Tesouro Nacional – TNB, saiu do grupo de Investimentos e Aplicação Temporárias de Curto Prazo, e passou para o grupo de Aplicações do RPPS em Títulos do Tesouro no Ativo Não Circulante.

f) Confrontando-se as Despesas Liquidadas R\$ 3.095.450.984,23, com as Despesas Pagas R\$ 3.094.714.330,81 obtém-se R\$ 736.653,42 de Inscrições dos Restos a Pagar Processados, no Balanço Orçamentário. Este valor diminui em R\$ 24.087,78 referente as retenções que já passaram pelo processo de liquidação, por isso, no Balanço Financeiro, constam apenas na rubrica de Restos a Pagar um valor de R\$ 712.565,64 referente as consignações do exercício a repassar aos órgãos competentes.

3.3. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial evidencia a situação patrimonial líquida da AMAZONPREV, no exercício, apurada de acordo com a NBC T – 16.2 aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade, com o art.105 da Lei 4.320/64, alterada pela Portaria STN n.º 438/2012 e IPC 04-Instrução de Procedimentos Contábeis atualizado e disponibilizado no Portal do Tesouro Nacional.



3.3.1. Ativo Circulante E Ativo Não Circulante

▪ **Nota 1** - O Ativo Circulante compreende os ativos disponíveis para realização imediata, como também aqueles ativos que tiverem expectativa de realização até doze após a data de encerramento do exercício a que se refere as demonstrações.

EXERCÍCIO	2022 (R\$)	2021 (R\$)
ATIVO CIRCULANTE	4.983.991.883,45	5.330.841.016,17
a. Caixa Equivalente De Caixa	281.502.908,85	158.589.922,47
a.1 Caixa e Equivalente de Caixa em Moeda Nacional	18.367.957,65	88.133.685,35
a.2 Aplicação Financeira de Liquidez Imediata Fundos Investimentos	263.134.954,85	70.456.237,12
b. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	75.239.531,86	8.555.380,84
b.1 Créditos Previdenciário a Receber no Curto Prazo	68.847.705,96	2.351.190,18
b.2 Depósitos Restituíveis E Valores Vinculados		0,60
b.3 Outros Créditos a Receber (P)	2.217.279,61	2.217.279,61
b.4 Aluguéis a Receber	4.174.546,29	3.986.910,45
c. Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	4.627.017.392,30	5.159.792.021,87
c.1 Aplicações em Segmento de Renda Fixa – RPPS- I	2.581.123.444,04	2.216.433.212,18
c.2 Aplicações em Segmento de Renda Variável RPPS	1.493.965.604,87	1.457.700.442,31
c.3 Aplicações do RPPS em Fundos de Investimentos	298.628.029,98	653.587.522,61
c.4 Aplicações do RPPS em Fundos de Invest. Estruturados - Rpps – Plano em Capitalização	231.277.057,59	222.786.157,75
c.5 Aplicações com a Taxa de Administração do RPPS	22.023.255,82	40.560.407,77
c.6 Outros Investimento do RPPS		568.724.279,25
d. Estoque	46.306,03	57.215,89
d.1 Almoarifado/material de consumo	46.306,03	57.215,89
e. Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	185.744,41	3.846.475,10
e.1 VPD Financeira a Apropriar- Consolidação	1.473,78	3.659.962,26
e.2 Demais VPD a apropriar	184.270,63	186.512,84

Nota – 1 Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

a. Caixa E Equivalentes De Caixa

a.1 Caixa E Equivalentes De Caixa Em Moeda Nacional. Registra os valores dos recursos financeiros imediatos e disponíveis em caixa e bancos utilizados, referentes às contribuições previdenciárias ingressadas no último dia do exercício, a serem aplicadas no primeiro dia útil do exercício seguinte.

a.2 Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata – Fundos destinados a saldar compromissos de curtíssimo prazo, amparadas na Política de Investimentos de 2022, com parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.963, de 25 de novembro de 2021.





b. Demais Créditos E Valores A Curto Prazo Referem-se A:

b.1 Créditos Previdenciário a Receber no Curto Prazo R\$ 68.847.705,96 contribuição servidor e patronal a Receber.

b.3. Outros Créditos a Receber (P) 2.217.279,61 Créditos Receber a título de Taxas de Administração da Assembleia Legislativo (ALE/AM), conforme artigo 80 da LC 30/2001, texto consolidado em 29/07/2014.

b.4. Valor do aluguel de imóveis do FPREV: SEAS: entre o Termo de confissão de dívida e o Contrato atual um montante de R\$ 3.802.353,09 referente as parcelas em aberto, sem negociação em 2021. UEA: entre o contrato anterior e o atual um montante de R\$ 372.193,20.

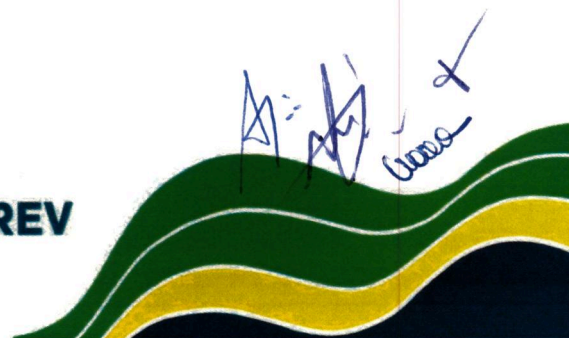
c. Investimento A Curto Prazo – Aplicações em Fundos atrelados ao CDI, IRF-M 1 e IMA-B 5, refletindo a atualização pela marcação a mercado, nos termos da Portaria MPS nº 65/2014, obedecendo aos parâmetros estabelecidos pelas Resoluções do Conselho Monetário Nacional. Registra também o segmento de Renda variável.

d. Estoques - Materiais destinados ao consumo da Fundação, cujo método para mensuração e avaliação das saídas é o preço médio ponderado, conforme Lei nº 4.320/64 e Resolução CFC nº 1.137/08, que aprova a NBCT 16.10 – Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em entidades do Setor Público.

e. Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente, A Saber:

e.1 Benefícios pagos. Aguardando relatórios da Prodam para conciliar com saídas financeiras.

e.2 Parcela em trânsito dos Títulos CVS e tarifas bancárias descontadas para posterior devolução pelo Banco.





3.3.2. Ativo Não Circulante

▪ **Nota 2** - O Ativo Não Circulante compreende os ativos que tem expectativas de realização após os doze meses seguintes à data de encerramentos do exercício que se referem as demonstrações contábeis, sendo composto pelos seguintes grupos: disponíveis para realização: Ativo Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado e Intangível.

EXERCÍCIO	2022 (R\$)	2021 (R\$)
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.986.270.467,36	904.162.610,37
f. Ativo Realizável a Longo Prazo	1.843.301.887,12	760.692.358,41
f.1 Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	1.838.173.445,74	752.893.210,77
I. Títulos de Responsabilidade do Tesouro	1.838.173.445,74	752.893.210,77
f.2 Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	5.128.441,38	7.799.147,64
I. Adiantamentos De Transferências Voluntárias – LP	5.128.441,38	7.799.147,64
INVESTIMENTOS	132.758.623,09	134.780.022,28
g. Investimentos do RPPS de Longo Prazo	135.643.002,17	137.664.401,36
g.1 Títulos e Valores Mobiliários	70.158.223,54	69.370.966,36
I. Aplicações Em Ativos Em Enquadramento Títulos E Valores	7.083.711,95	8.712.029,37
II. Título De Responsabilidade Do Tesouro Nacional	63.074.511,59	60.658.936,99
III. (-) Redução a valor recuperável de investimentos	2.884.379,08	2.884.379,08
g.2 Aplicações em segmento de imóveis - RPPS	65.484.778,63	68.293.435,00
IMOBILIZADO	9.029.013,73	7.299.896,93
h. Bens Móveis	6.955.671,67	6.034.902,33
h.1 Máquinas aparelhos, equipamentos	1.416.122,51	1.411.082,56
h.2 Bens de Informática	3.664.889,81	2.855.796,47
h.3 Móveis e utensílios, Equipamentos Para Áudio, Vídeo E Foto	1.790.510,35	1.683.874,30
h.4 Veículos	84.149,00	84.149,00
i. Bens Imóveis	7.225.000,00	7.225.000,00
i.1 Bens de Uso Especial	7.225.000,00	7.225.000,00
j. (-) Depreciação acumulada	5.151.657,94	5.960.005,40
j.1 Depreciação acumulada - bens móveis	2.233.083,31	3.908.430,77
j.2 Depreciação acumulada – bens imóveis	2.918.574,63	2.051.574,63
k. Intangível	1.180.943,42	1.390.332,75
k.1 Softwares	8.645.504,39	7.042.093,68
l. (-) Amortização Acumulada	7.464.560,97	5.651.760,93
l.1 Amortização Acumulada	7.464.560,97	5.651.760,93

Nota – 2 Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI.

f. Demais Créditos E Valores A Longo A Prazo

f.1. Títulos de Responsabilidade do Tesouro - Aplicações em títulos públicos – Tesouro Direto - com classificação específica neste exercício.

f.2 Adiantamento concedido em uma parcela paga, no exercício, por força do Contrato de Gestão nº 01/2019 referente ao 3º Termo Aditivo firmado com a Agência Amazonense de





AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental – AADESAM para fornecimento de mão de obra.

g. Investimentos Do RPPS De Longo Prazo

g.1 Títulos E Valores Mobiliários

I. Aplicações financeiras com base na Política de Investimentos de 2022 obedecendo aos parâmetros da Resolução do Conselho Monetário Nacional e alterações, distribuídas em Notas do Tesouro Nacional, série-B, que remuneram o IPCA acrescidos de taxa de juros pré-fixados contratados em percentuais de 6,48%, e 6,59%, 6,60% e 6,90% a.a., refletindo no exercício a atualização pela marcação na curva, como preceitua a Portaria MPS nº 402/2008 e suas atualizações.

II. Títulos e valores - CVS tipos A, B, C e D, transferidos pelo Estado do Amazonas para fins de capitalização do FPREV, nos termos do art.48 da LC 30/2001, texto consolidado em 29/07/2014. Os títulos são atualizados mensalmente pela TR + taxa de juro que varia de 0,3% a 0,5% conforme o tipo.

III. Deságio dos títulos CVS apurado na pesquisa de mercado no exercício de 2018.

g.2 Aplicações Em Seguimento De Imóveis

I. Imóveis transferidos pelo Estado para capitalização do FPREV para fazer frente aos compromissos previdenciários futuros, de acordo com o art. 48, c/c art.113 da LC nº 30/01 – texto consolidado em 29/07/2014. No exercício, os imóveis sofreram desvalorização, em relação ao exercício anterior, segundo laudos técnicos da SEINFRA - Secretaria de Infraestrutura do Estado do Amazonas.

h. Bens Móveis – bens de utilização geral adquiridos por meio de procedimentos licitatórios, avaliados mensalmente pelo custo de aquisição. O Decreto estadual nº 34.161, de 11 de novembro de 2013, instituiu o Sistema de Controle de Patrimônio – AJURI como instrumento obrigatório para a gestão de bens móveis e imóveis dos órgãos integrantes do Poder Executivo.





i. **Bens Imóveis** – Imóvel utilizado como sede da Fundação e imóvel tombado pelo patrimônio público, transferidos pelo Estado, classificados como bem de uso especial.

j. **(-) Depreciação Acumulada**

j.1 Depreciação Acumulada dos Bens Móveis é calculada a partir do momento em que o item do ativo se torna disponível para uso, a depreciação dos bens móveis foi realizada no ativo imobilizado no decorrer do exercício, vale ressaltar que a depreciação foi atualizada por meio de ajustes entre o Sistema de Controle de Patrimônio – AJURI e o Sistema Contábil, conforme processo nº 2022.A.00093.

j.2 Depreciação Acumulada dos Imóveis é feita pelo método linear, as taxas admitidas pela legislação fiscal da Receita Federal do Brasil.

k. Aquisição de licenças e direitos de uso de softwares vinculados à atividade fim e meio da Fundação.

l. Amortização - calculada pelo método linear de vida útil definida, no exercício de 2022, totalmente amortizado.

3.3.3. Passivo Circulante E Passivo Não Circulante

Obrigações com pessoal, benefícios e encargos sociais a pagar e com fornecedores, atendendo às orientações do Manual de Contabilidade (MCASP 9ª Edição) – STN e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

▪ **Nota 3** - O Passivo Circulante no exercício de 2022 apresentou um saldo final de R\$ 5.674.940,21.





i. **Bens Imóveis** – Imóvel utilizado como sede da Fundação e imóvel tombado pelo patrimônio público, transferidos pelo Estado, classificados como bem de uso especial.

j. (-) Depreciação Acumulada

j.1 Depreciação Acumulada dos Bens Móveis é calculada a partir do momento em que o item do ativo se torna disponível para uso, a depreciação dos bens móveis foi realizada no ativo imobilizado no decorrer do exercício, vale ressaltar que a depreciação foi atualizada por meio de ajustes entre o Sistema de Controle de Patrimônio – AJURI e o Sistema Contábil, conforme processo nº 2022.A.00093.

j.2 Depreciação Acumulada dos Imóveis é feita pelo método linear, as taxas admitidas pela legislação fiscal da Receita Federal do Brasil.

k. Aquisição de licenças e direitos de uso de softwares vinculados à atividade fim e meio da Fundação.

l. Amortização - calculada pelo método linear de vida útil definida, no exercício de 2022, totalmente amortizado.

3.3.3. Passivo Circulante E Passivo Não Circulante

Obrigações com pessoal, benefícios e encargos sociais a pagar e com fornecedores, atendendo às orientações do Manual de Contabilidade (MCASP 9ª Edição) – STN e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

▪ **Nota 3** - O Passivo Circulante no exercício de 2022 apresentou um saldo final de R\$ 5.674.940,21.





III, do CTN) foi julgado procedente em parte, com manutenção parcial do crédito tributário, nos termos do Acórdão nº 04-29.616-3ª Turma da DRJ/CGE.

d. Demais obrigações a curto prazo – Consignações a repassar, R\$ 530.837,49 refere-se a IRRF da folha dos aposentados do Poder Executivo referente ao exercício anterior e competência de dezembro de 2022, além de valores de salários não reclamados em conciliação.

e. Provisões Matemáticas Previdenciárias a longo prazo – Representam as obrigações estimadas, líquidas de contribuições a receber, dos planos geridos pela AMAZONPREV, incluindo os Poderes e órgãos que aderiram ao Sistema Único. O passivo atuarial é determinado pela soma da reserva Matemática de Benefícios Concedidos (RMBC) e Reserva Matemática de Benefícios a Conceder (RMBaC), que contemplam os valores presentes de contribuições futuras e de benefícios futuros.

Os registros contábeis foram feitos conforme Relatório Nº 029/2023 apresentado pela empresa ACTUARIAL Assessoria e Consultoria Atuarial Ltda, de responsabilidade técnica do atuário (MIBA 1.308). A variação apurada entre os exercícios de 2022 (R\$ 6.854.813.361,88) e 2021 (R\$ 6.114.804.219,93), notadamente, representam a mudança nas hipóteses de Taxa de Juros e Tábua de Mortalidade: a atualização da tábua de mortalidade da IBGE 2019 para IBGE 2020 e a alteração da taxa de juros de 4,95% para 5,12% ao ano.

A íntegra das hipóteses e métodos atuariais podem ser consultados na Avaliação Atuarial 2023 no portal da transparência da Fundação AMAZONPREV.

f. Resultado Atuarial Superavitário na ordem de R\$1,57 bilhões, o FPREV – Fundo Previdenciário se encontra em perfeito equilíbrio atuarial, conforme disposto no Art. 1º da Lei nº 9.717/98. Tal equilíbrio é de extrema importância, pois é uma das condições necessárias para obtenção do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), conforme Inciso II do Art. 5º da Portaria MPS nº 204/08.

3.3.4 Demonstrativo Do Patrimônio Líquido

▪ **Nota 4** - O Patrimônio Líquido compreende o valor dos Ativos depois de deduzidos todos os Passivos, podendo evidenciar uma Situação Patrimonial Positiva ou uma Situação Patrimonial Negativa.





AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

ESPECIFICAÇÃO	2022 (R\$)	2021 (R\$)
a. Ajustes de Avaliação Patrimonial	18.425.878,02	21.234.534,39
b. Resultado Acumulado do Exercício	91.348.170,70	73.525.482,16
Resultados Acumulados do Exercício Anterior	73.525.482,16	116.887.459,67
Ajustes de Exercícios Anteriores	1.983.418,92	-9.676.572,74
+ Resultado do Exercício	15.839.269,62	-33.685.404,77
c. Total Patrimônio Líquido (a + b)	109.774.048,72	94.760.016,55

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

a. Registra, no exercício, a Reavaliação dos imóveis de acordo com os critérios técnicos adotados por engenheiro da SEINFRA. A contabilização foi feita pelo método de Ajuste de Avaliação Patrimonial de Ativos, conforme prevê a Resolução CFC nº 1.137/08, que aprova a NBC T 16.10, a qual trata da Avaliação e Mensuração dos Ativos e Passivos em entidades do setor público, entretanto foi realizado uma reversão de lançamento da Conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial e dos Ativos do grupo do Imobilizado no valor de R\$ 2.808.656,37.

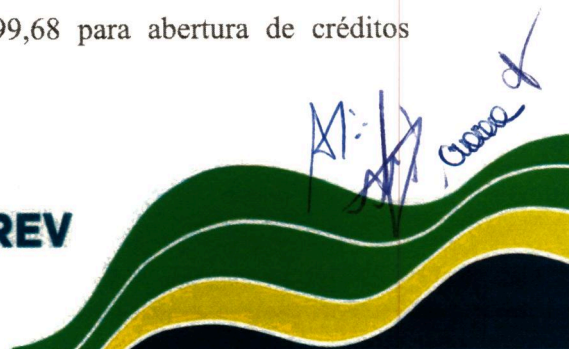
b. Uma situação do RPPS com os efeitos da Avaliação Atuarial refletida nos direitos e nos custos do Plano de benefícios, traduzidos a valor presente, combinados com o resultado das Variações Patrimoniais (aumentativas e diminutivas) ocorridas no exercício, no valor de R\$ 15.839.269,62 constante na Demonstrações das Variações Patrimoniais.

Quadro “Compensações” – Balanço Patrimonial

Do lado dos Atos potenciais ativos, representa Garantias e Contragarantias Recebidas com R\$ 296.725,20. Do lado dos Atos Potenciais Passivos o item mais significativo são as Obrigações Contratuais em Execução no montante de R\$ 18.871.501,53, abrangendo contratos de fornecimento de serviços.

Superávit / Déficit Financeiro Apurado No Balanço Patrimonial

Diferença entre ativo financeiro R\$ 5.995.314.880,26 e o passivo financeiro de R\$ 4.021.980,58, o resultado no total de R\$ 5.991.292.899,68 para abertura de créditos





AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

suplementares ou especiais no exercício seguinte, em conformidade com o artigo n.º 43 da Lei 4.320/64, e registrado no Balanço Patrimonial. A referida apuração é realizada por vinculação de recursos, conforme disposto parágrafo único do artigo 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF.

3.3.5 Demonstrações Das Variações Patrimoniais – Anexo 15

Critérios Contábeis Adotados Para A Demonstração Das Variações Patrimoniais

Prevista no art. 104 da Lei nº 4.320/64, na Portaria STN nº 438/2012 e Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC 05, demonstram as alterações realizadas no Patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária e as variações quantitativas que ocorreram no Patrimônio, apurando um resultado entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas. A DVP não segue a mesma classificação orçamentária, portanto, em algumas situações, a comparação entre a execução orçamentária (receitas e despesas) e as variações patrimoniais, pode não haver equivalência.

O Resultado Patrimonial do Período assinalou um Superávit de R\$ 15.839.269,62, originado de Variações Patrimoniais Aumentativas no Valor de R\$ 8.668.639.207,75, contra Variações Patrimoniais Diminutivas no valor de R\$ 8.652.799.938,13.

Fatores que influenciaram para o esse resultado são apresentados nas notas a seguintes:

- **Nota 1** - Contribuições Sociais apresentam valores referentes às receitas de contribuições, incluindo contribuições do segurado, patronal (intraorçamentárias).





AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

CONTRIBUIÇÕES	2022 (R\$)	2021 (R\$)
Contribuições Sociais – RPPS	1.371.232.256,60	1.081.326.715,98
Contribuição do Servidor	1.371.232.256,60	1.081.326.715,98
Contribuições Sociais – RPPS – Intra	1.476.071.670,26	1.188.859.903,34
Contribuições Patronais	1.476.071.670,26	1.188.859.903,34
TOTAL	2.847.303.926,86	2.270.186.619,32

Nota 1 Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

▪ **Nota 2** - Registram Outras Variações Patrimoniais Aumentativas como multas e juros de mora referente as contribuições previdenciárias pagas em atraso. Registram, ainda, a Remuneração de Aplicações Financeiras que entraram como receitas orçamentárias, eis que representam a arrecadação dos rendimentos com as aplicações financeiras, conforme as orientações descritas na Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC 14 da **Secretaria do Tesouro Nacional - STN**, relativos aos RPPS.

AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	2022 (R\$)	2021 (R\$)
Juros e Encargos de Mora	97.060,24	103.099,36
Remuneração de Aplicação Financeira	118.446.805,14	41.466.823,50
Outras Variações Patrimoniais	110.514.719,99	
TOTAL	229.058.585,37	41.569.922,86

Nota 2 Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

▪ **Nota 3** - Transferências Recebidas evidenciam movimentação financeira de resgates dos investimentos, transferências de curto prazo para longo prazo, recebimento de recursos para cobertura de insuficiência financeira – aporte.





AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

TRANSFERÊNCIA RECEBIDAS	2022 (R\$)	2021 (R\$)
Repassse e Sub-Repasses Recebidos	145.529.504,75	221.114.462,46
Devolução de Descentralização de Recursos Concedidos	90.000,00	
Transferência Entre Contas Da Mesma Ug - Recebido	2.394.103.513,84	774.368.963,48
Transferências Recebidas Para Aportes	1.635.174.778,79	1.355.537.039,65
Movimentação Inter gestora	17.900.484,69	17.046.376,74
TOTAL	4.192.798.282,07	2.368.066.842,33

Nota 3 Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

- **Nota 4** - Aplicação em Segmento de Renda Fixa e Renda Variável – registram valores de variações patrimoniais aumentativas – VPA decorrentes dos “ganhos” com aplicações financeiras, conforme as orientações descritas na Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC 14 da **Secretaria do Tesouro Nacional - STN**, relativos aos RPPS

VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	2022 (R\$)	2021 (R\$)
Valorização De Fundos De Investimentos Rpps	945.988.289,26	605.368.384,73
Valorização de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional	5.694.112,90	120.463.143,33
Outros Ganhos Com Incorporação De Ativos	50.921,79	409.912,23
TOTAL	951.733.323,95	726.241.440,29

Nota 4 Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

- **Nota 5** - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas demonstram valores das provisões matemáticas previdenciárias em longo prazo, as provisões em curto prazo como férias e 13º salário, as restituições financeiras e compensação previdenciária e taxa de administração.





AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2022 (R\$)	2021 (R\$)
Reversão De Provisões	353.024.112,65	1.503.390.005,62
Compensação Financeira Entre Rggs/Rpps	5.026.273,47	832.247,33
Indenizações E Restituições	1.760.119,48	725.533,26
Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes De Fatos	84.229.337,50	90.472.628,17
TOTAL	444.039.843,10	1.595.420.414,38

Nota 5 Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

- **Nota 6** - Pessoal, e Encargos referentes à folha de pagamento e seus encargos, assim como auxílio alimentação.

PESSOAL E ENCARGOS	2022 (R\$)	2021 (R\$)
Remuneração A Pessoal Ativo Civil	28.192.823,66	25.840.887,90
Encargos Patronais	149.772.308,91	137.282.417,36
Auxílio Alimentação	1.658.013,87	1.272.716,24
TOTAL	179.623.146,44	164.396.021,50

Nota 6 Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

- **Nota 7** - Benefícios Previdenciários: Aposentadorias, Pensões, incluindo décimo terceiro salário.

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	2022 (R\$)	2021 (R\$)
Aposentadorias E Reformas	2.213.640.055,83	1.958.240.753,76
Pensões	650.899.988,17	577.423.433,97
TOTAL	2.864.540.044,00	2.535.664.187,73

Nota 7 Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI





AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

▪ **Nota 8** - Uso de Bens, Serviços e Consumo representam registros pela competência destacando-se: o material requisitado, diárias, serviços de terceiros pessoa jurídica, depreciação de bens móveis dentre outras.

USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	2022 (R\$)	2021 (R\$)
Uso De Material De Consumo	52.603,59	65.582,01
Serviços	21.577.142,79	15.366.263,44
Depreciação, Amortização E Exaustão	3.133.843,17	782.130,93
TOTAL	24.710.985,96	16.148.394,37

Nota 8 Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

▪ **Nota 9** - Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação Passiva incluem as baixas de créditos a receber, da inscrição por pagamento indevido de benefícios previdenciários, dentre outros.

DESVALORIZAÇÃO E PERDAS DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO PASSIVAS	2022 (R\$)	2021 (R\$)
Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	1.929.220.510,07	1.379.065.600,08
Desincorporação de Ativos	2.222.735,62	2.235.268,73
TOTAL	1.931.443.245,69	1.381.300.868,81

Nota 9 Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

▪ **Nota 10** - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - São Provisões matemáticas atuariais, provisões de curto e longo prazo, provisão de perdas judiciais, provisão para compensação financeira entre regimes previdenciários e das diversas variações patrimoniais diminutivas.





AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2022 (R\$)	2021 (R\$)
VPD de Constituição de Provisões	1.093.327.367,74	1.974.290.806,31
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	136.974.101,91	60.800.291,15
TOTAL	1.230.301.469,65	2.035.091.097,46

Nota 10 Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

3.4. Demonstrações Do Fluxo De Caixa

Critérios Adotados Para O Fluxo De Caixa

De acordo com a elaboração das demonstrações contábeis da Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC 08, e em cumprimento ao disposto nas Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP, o Fluxo de Caixa permite a avaliação de capacidade para gerar equivalentes de caixa em situações de liquidez imediata e apresentam as entradas e saídas classificadas em fluxos operacionais, de investimentos e financiamentos. É elaborado pelo método direto e evidencia as operações que ocorrem na conta Caixa e Equivalentes de Caixa.

Análise Do Resultado Apurado

O resultado de caixa e equivalente de caixa foi negativo em R\$ 409.861.643,79. Influenciado, principalmente pela aplicação dos Títulos do Tesouro Nacional – TNB, saiu do grupo de Investimentos e Aplicação Temporárias de Curto Prazo, e passou para o grupo de Aplicações do RPPS em Títulos do Tesouro no Ativo Não Circulante, impactando diretamente no resultado de caixa.

Maria Neblina Marães

Diretora-Presidente da Fundação Fundo
Previdenciário do Amazonas

Cláudio Marins de Melo

Diretor de Administração e Finanças do
Fundo Previdenciário do Amazonas

Ary Renato Vasconcelos Dos Santos
Gerente de Adm. e Finanças – GERAf

Flaviana Galúcio Zoumbounelos
Coordenadora da GERAf-CODAC
CRC nº 11086/O-0

